

# RESENHAS



# Os trabalhadores e a revolução

Marcelo Badaró Mattos\*

VARELA, Raquel. *História do povo na Revolução Portuguesa (1974-75)*. Lisboa, Bertrand Editora, 2014.

**Palavras-chave:** Revolução Portuguesa; História do Trabalho; controle operário.

**Keywords:** Portuguese Revolution; Labor History; worker's control.

No ano em que se comemora o quadragésimo aniversário do 25 de Abril, golpe militar que derrubou a ditadura Salazarista e abriu caminho para o mais profundo processo revolucionário vivido pela Europa no Pós-Guerra, o mercado editorial português está repleto de lançamentos e relançamentos em torno ao tema. Para os historiadores e, mais ainda, para os historiadores do trabalho, a obra de Raquel Varela é dos mais importantes entre todos esses.

Antes de qualquer comentário sobre o conteúdo, cabe destacar que se trata de uma edição muito bem cuidada, com esclarecedor prefácio de Ricardo Antunes e contando mais de 500 páginas, ricamente ilustradas, com fotografias, reproduções de capas de jornais, quadros e tabelas. Indo além da aparência e iniciando a leitura do livro, constata-se que a obra possui uma dupla lógica de organização. Por um lado, a autora organiza os capítulos tendo em vista uma sequência cronológica de acontecimentos e processos, conforme uma periodização original, à qual farei referência adiante. Por outro lado, os 16 capítulos (mais introdução) estão organizados conforme uma lógica temática, abordando diferentes modalidades de conflitos sociais, como as greves, ocupações de casas, lutas pela terra, arte revolucionária etc.

Do ponto de vista do ofício do historiador, o livro é exemplar como exercício daquele “diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”, o qual o historiador inglês E. P. Thompson definiu como sendo a “lógica da História”.<sup>1</sup> Como já estamos acostumados a ler em obras de historiadores portugueses, o trabalho é solidamente apoiado em pesquisa empírica. São muitas e de diferentes naturezas as fontes primárias pesquisadas, como: periódicos; entrevistas de história oral; reportagens e documentários televisivos e cinematográficos; documentos oficiais; panfletos e comunicados das organizações políticas, entre muitas outras. A autora não despreza o acúmulo de trabalhos precedentes e, felizmente, não se propõe a reinventar a roda, pois utiliza muito bem as análises e as informações da literatura especializada, mesmo em se tratando de autores(as) cujas teses centrais se

\* Professor titular de História do Brasil da UFF e bolsista de produtividade do CNPq.

1 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 56-57.

diferenciam das suas. É preciso reconhecer também que o livro apresenta uma impressionante sistematização de dados quantitativos, desenvolve narrativas detalhadas que reconstituem para o leitor determinados acontecimentos e processos, mas antes de tudo, investe muito bem em análises qualitativas inovadoras sobre o papel da classe trabalhadora na revolução portuguesa.

No entanto, não se trata apenas de uma enciclopédia de dados, e muito menos de uma narrativa pitoresca. A obra é inovadora em sua análise não apenas porque um número muito grande de fontes lhe permitiu chegar a novas interpretações, mas especialmente porque tais fontes foram interrogadas à luz de questões formuladas desde um determinado debate teórico.

Aliás, alguns debates teóricos, entre os quais identifico, pelo menos, três. O primeiro deles relaciona-se à noção, que foi constitutiva da renovação da história social inglesa desde os anos 1960, com fortes influências sobre todos nós, de uma história feita a partir de baixo, uma história dos de baixo, na vertente da *people's history*, que tem em Howard Zinn a inspiração assumida pela autora para batizar o livro. Tal perspectiva identifica como foco de análise o “povo revolucionário, rebelde, resistente, (o)s que desafiam a ordem estabelecida, que em geral é uma desordem de desemprego, subnutrição, analfabetismo e ignorância, repressão aos trabalhadores, conscrição para a guerra...” (p. 17)

Outro debate central para o livro é o da teoria da revolução. Partindo dos clássicos do marxismo a autora incorpora também o modelo analítico de Valério Arcary,<sup>2</sup> de forma a distinguir revoluções políticas de revoluções sociais, para captar melhor a dinâmica dos processos revolucionários.

Não menos importante é o contato da autora com as recentes discussões da chamada História Global do Trabalho e suas propostas de ruptura com o “nacionalismo metodológico” (que aceita as fronteiras do Estado-Nação como limites naturais da pesquisa histórica) e o eurocentrismo. Essa perspectiva teórico/metodológica explica o olhar privilegiado que Raquel Varela lança sobre a África e as lutas de libertação nacional, através de guerras de guerrilha fortemente ancoradas no suporte de trabalhadores rurais e camponeses das antigas colônias portuguesas no continente. Assim como sua atenção para a forma como a Revolução Portuguesa influenciou no processo de fim da ditadura na Espanha.

A autora enfrenta com elegância, porém firmeza, o debate historiográfico sobre o sentido da revolução. Suas principais contribuições articulam-se ao redor de três eixos. O primeiro deles é justamente a afirmação de que as lutas nos territórios africanos que ainda se mantinham sob jugo colonial português tiveram papel desencadeador do processo revolucionário, não apenas porque o MFA (Movimento das Forças Armadas, grupo militar que desencadeou o golpe) se constitui reunindo uma oficialidade intermédia farta da guerra. Mas também porque as “revoluções anticoloniais” em África, como Raquel insiste corretamente em localizar, deram o exemplo para lutas em Portugal e estabeleceram bases de apoio por lá (das deserções às manifestações pela independência), que foram importantes para o crescimento de novos setores de esquerda, especialmente os que Raquel define como “esquerda radical” (às vezes também definida com os termos da época como “extrema-esquerda”), que basicamente reuniria os grupos à esquerda do Partido Comunista Português, de referências maoístas, trotskistas, entre outras. E, feita a revolução, cresce o apoio do povo português

2 ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História*. Situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

à independência das colônias, que se torna uma tarefa do processo desencadeado pelo 25 de Abril.

Por outro lado, é investindo nesse nexos, que Raquel desmonta as teses de uma “revolução sem mortos”, mostrando a brutalidade da atuação das forças militares portuguesas em África, que perderam cerca de 8 mil soldados, mas mataram pelo menos 100 mil africanos, entre civis e guerrilheiros. Daí a afirmativa categórica de que: “A revolução é determinada pela combinação da luta anticolonial com a irrupção das lutas na metrópole, e vice-versa, a situação na metrópole reforça a legitimidade dos movimentos de libertação nas colônias e precipita a independência destas num curto espaço de tempo.” (p.98)

Um segundo eixo central de articulação da obra é o que se sustenta na tese de que houve uma revolução, não uma transição da ditadura à democracia. Esta é a resposta clara de Raquel aos que procuram diminuir o sentido revolucionário dos acontecimentos de 1974/75. Uma revolução nem sempre é vitoriosa em superar a ordem anteriormente existente do ponto de vista mais amplo das relações sociais fundamentais. Ainda assim, revoluções incompletas ou derrotadas são revoluções. E neste debate sobre a relação entre a revolução e a democracia, Raquel também é enfática em negar a ideia de que a primeira tenha sido a parteira da segunda, defendendo a perspectiva de que a democracia representativa foi, na verdade, a coveira da revolução, ou seja, de que, notadamente desde novembro de 1975, acelera-se a marcha da contrarrevolução, em sua modalidade democrática. Ou nas palavras da própria autora: “a democracia direta é filha da revolução e a democracia representativa é filha da contrarrevolução.” (p. 485)

Tais eixos já seriam por si suficientes para caracterizar a importância do livro e das polémicas que ele já vem despertando entre os historiadores portugueses. No entanto, ainda é preciso mencionar um último, que articula a tese central do livro, que é a do protagonismo da classe trabalhadora no processo revolucionário. Trata-se da história do povo na revolução portuguesa – povo naquele sentido preciso a que já aludimos –, porque foi esse povo trabalhador quem moveu adiante o processo revolucionário, através de lutas sociais generalizadas e massivas e do exercício de formas diretas e organizadas desde a base de poder democrático. Lutas sociais como as greves, minuciosamente estudadas em mais de um capítulo do livro, mas também as ocupações de casas, a luta pela reforma agrária, as disputas em torno de uma arte engajada com os objetivos da revolução etc. Lutas que foram reprimidas, por diferentes governos depois do 25 de Abril, mas que resultaram, no médio prazo em conquistas substanciais, do “saneamento” dos colaboradores (essa feliz expressão portuguesa para o afastamento dos colaboradores do regime ditatorial de seus empregos públicos e também das empresas privadas) aos fundamentos do Estado Social em Portugal, notadamente com a conquista do direito ao trabalho.

Tais lutas nem sempre foram apoiadas pelos partidos com base eleitoral entre os trabalhadores, na maior parte das vezes comprometidos com a sustentação da estabilidade dos governos ou da produção econômica nacional em bases capitalistas. Delas, entretanto, teria surgido um outro poder, um poder de base, no local de trabalho, criando situações de controle operário das empresas, assim como nos locais de moradia ou regiões agrícolas. Daí uma outra tese central do livro seja aquela que afirma que entre 1974-75 vive-se uma situação de dualidade de poderes, agravada em setembro de 1975, com a dualidade de poderes envolvendo os soldados das Forças Armadas, naquele contexto que Raquel caracterizará como de “crise revolucionária”. Nas palavras da autora:

“Nasce neste chão de fábrica um outro poder, emerge uma situação de dualidade de poderes. É um poder que não aceita, em grande parte dos casos, os sucessivos pedidos do governo, do Partido Comunista e do Partido Socialista, para pararem as greves anárquicas. O governo chega mesmo a reprimir algumas greves (...) com armas.” (p. 67)

A dualidade de poderes significa também que, do lado do Estado, o regime ditatorial salazarista caiu, mas não o poder de classe da burguesia, pois o Estado manteve-se ao longo do processo com sua característica de Estado capitalista/burguês. Entre o poder que nascia das fábricas e o poder de Estado continuou existindo uma barreira, posta não apenas pelo potencial coercitivo das forças policiais e militares, mas também pela fragilidade e fragmentação das organizações de trabalhadores (a “esquerda radical”) que atuavam na democracia direta dos conselhos de base e pelo compromisso com a ordem daquelas que atuavam no plano institucional/eleitoral.

Tendo em vista o protagonismo dos trabalhadores (com as ondas de greves e ocupações a puxar o barco das mobilizações sociais) e a questão da dualidade de poderes, Raquel Varela propõe uma periodização original do processo revolucionário. Os dois marcos balizadores da análise seriam aqueles que, de acordo com o argumento da autora, evidenciaram rupturas profundas no processo político português – o golpe de 25 de abril de 1974, que pôs fim à ditadura e iniciou a revolução e o golpe de 25 de novembro de 1975, que iniciou a contrarrevolução pela via da instalação de uma dada configuração da democracia representativa. Entre eles, a autora identifica quatro fases: 1) de abril a setembro de 1974, com uma primeira onda significativa de greves e conquista das liberdades civis; 2) de setembro de 1974 a fevereiro de 1975, quando cresce a luta contra demissões e ocorrem muitas ocupações de fábricas, em meio ao aprofundamento da crise econômica; 3) de fevereiro a setembro de 1975, período marcado pelo controle operário em boa parte da atividade econômica portuguesa; 4) de setembro a novembro de 1975, teria se instalado a crise revolucionária, em que as bases do poder de classe do Estado capitalista se viram potencialmente ameaçadas, mas o novo golpe pôs fim à ameaça.

Em suas últimas páginas, o livro alça voos maiores no tempo, estabelecendo balizas para a análise do nascimento à crise do Estado de Bem-Estar Social em Portugal, relacionando tal processo à revolução e à sua derrota, avaliada na longa duração. Trata-se de uma ponte entre essa obra de Raquel (que também escreveu uma história do PCP na Revolução dos Cravos)<sup>3</sup> e seus trabalhos de intervenção no debate político português recente, nos quais exercita forte crítica às políticas econômicas e sociais levadas adiante pelos últimos governos, especialmente após a crise iniciada em 2008.<sup>4</sup>

Por fim, como historiador brasileiro resenhando o trabalho de uma colega portuguesa, registro que deveríamos buscar mais conhecimento e intercâmbio com uma história do trabalho que gera frutos com a qualidade e abrangência deste estudo de Raquel Varela. E lendo seu livro, sentimos ainda mais falta, na história brasileira recente, do impacto de processos de superação da ditadura “a partir de baixo”, para não falar da revolução em si. Raquel Varela sabe disso, pois seu livro

3 VARELA, Raquel. *A história do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

4 VARELA, Raquel (coord.). *A segurança social é sustentável*. Trabalho, Estado e segurança social. Lisboa: Bertrand Editora, 2013.

se inicia com a letra da canção de Chico Buarque em homenagem à Revolução dos Cravos lançada em 1974/75, na qual o músico pede: “Manda urgentemente um cheirinho de alecrim”. Ao fim do livro, vemos a letra alterada da mesma canção, diante da derrota do processo revolucionário, com uma proposta cada vez mais atual, em Portugal como no Brasil.

“Manda novamente algum cheirinho de alecrim”.

Recebido em: 05/07/2014  
Aprovado em: 08/08/2014